

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Carlos de Matos Rocha
Carlos Henrique de Matos Rocha
Inhana Olga Costa Souza

PROBLEMA:

Dificuldade na implementação de bandeiras históricas do PT em governos de coalizão

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

Núcleo do PT no governo
(prefeito, secretários petistas e executiva municipal)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual de Campinas.

Monitor: Daniel Calbino Pinheiro

São Paulo
2015

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	3
2. FLUXOGRAMA	7
3. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS 8	8
3.1 Análise dos Nós Estratégicos.....	9
3.2.1 NE1.....	10
3.2.2 NE2.....	11
3.2.3 NE3.....	12
4. ÁRVORE DO PROBLEMA	13
5. PLANO DE AÇÃO	18
6. ANÁLISE DE ATORES	25
7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES	40
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	45

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

É consenso que o Partido dos Trabalhadores, ao longo de seus 35 anos, passou por inúmeras transformações que o afastou de suas raízes ideológicas. Alguns relatam esta transição com saudosismo ou até revolta, outros entendem que foi um processo natural para que o partido conquistasse os espaços que ocupa hoje. A principal mudança foi a adequação ao método tradicional de disputas eleitorais, como os financiamentos de campanha, estratégias de marketing e, principalmente, as polêmicas alianças eleitorais. Fica então o debate se estes elementos tornam o PT um partido como os outros ou qual ainda é o seu diferencial. A consequência destes modelos eleitorais se escancara na hora de governar. Como alianças não são feitas apenas para vencer as eleições, muitas vezes os gestores petistas se submetem a práticas questionáveis, abrindo mão da identidade do partido no modelo de gestão. Este é o problema que será abordado neste trabalho: a dificuldade da implantação das bandeiras históricas do PT em governos de coalizão.

Antes de atentarmos para os possíveis motivos que levaram o partido a enfrentar tais dilemas, cabe aqui ressaltar que em sua concepção, o PT surge com ojeriza pelo poder e pelos políticos, como ressalta Sader (1992, p.13), o recém-fundado partido “nascido dos explorados, dos oprimidos, dos excluídos deveria ocupar seu lugar: a oposição radical”. Era então necessário um período de adaptação e melhor formulação da proposta inicial da agremiação. Como os primeiros ‘espaços de poder’ foram poucos e a militância estava incorporada ao partido, sentia-se dirigente e proprietária, acompanhou e entrevistou sistematicamente nos primeiros mandatos:

Foi aos poucos que o PT começou a elaborar a ideia de ser um instrumento real de governo dos trabalhadores. Mesmo assim, as relações do partido e dos movimentos sociais com os eleitos para mandatos institucionais foi um lento processo de amadurecimento, de lado a lado, sobre o significado do novo fenômeno. Antes das prefeituras, eram os deputados as “vítimas” do patrulhamento partidário e basista. (SADER, 1992, p.15-16)

O sucesso das primeiras administrações petistas no executivo contribuiu com a expansão eleitoral do partido. Os gestores seguiam um modelo estabelecido, batizado como ‘o modo petista de governar’, cujo foco era inversão de prioridades e promoção da participação popular nas administrações. Dentro destas vertentes, a experiência do Orçamento Participativo foi reconhecida como modelo e ainda hoje é adotada por quase todas as administrações petistas em âmbito municipal.

Cabe aqui destacar que as equipes de governo das primeiras administrações petistas foram formadas com mais liberdade, uma vez que as alianças eram restritas, mais criteriosas. O Governo Luiza Erundina, por exemplo, quando o PT conquistou a prefeitura de São Paulo, em 1988, contava com nomes como Paulo Freire, Marilena Chauí e Paul Singer. O alinhamento ideológico das equipes possibilitava que as bandeiras petistas fossem implantadas sem grandes divergências.

A preocupação com a política de alianças sempre esteve presente no partido. No V Encontro Nacional, ocorrido em 1987, o assunto foi amplamente debatido, resultando na redação de um documento específico sobre o tema. Gadotti e Pereira (1989, p.240-245) dedicaram um capítulo na reprodução de aproximadamente quarenta parágrafos do referido documento, que destaca que as alianças são necessárias, uma vez que a história prova que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho, além de serem uma oportunidade da agremiação defender-se daqueles que a acusavam de sectária e purista. Deste modo, era importante organizar uma frente com todos os setores dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder.

Temos que buscar alianças com as forças que atuam nos movimentos operário e popular, e principalmente dentro do movimento sindical, para nos opormos à burguesia e à ideologia dominante. Isso significa que devemos tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora.
(GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 242)

O documento destaca diversas vezes que as alianças deveriam ser criteriosas, feitas com princípios e que não haveria nenhuma possibilidade de aliar-se com setores da

burguesia, reafirmando assim o *slogan* do partido, “O PT não se funde nem se confunde”. Especificamente sobre alianças eleitorais, ressalta a complexidade e deixa aberto o espaço para o debate, tendo em vista a individualidade de cada processo, entretanto ressalta a preferência por candidatura própria.

Contudo, há cada nova disputa eleitoral, vencer as eleições tornou-se cada vez mais necessário para o PT e a busca desenfreada por esta vitória deixou para trás muitos de seus princípios firmados com a militância nos primórdios do partido. Os critérios para definir os aliados deixaram o campo ideológico e passaram para o campo eleitoral, substituindo o debate com a militância por decisões às portas fechadas de gabinetes. O poder financeiro e a simpatia da opinião pública passaram a valer mais do que os compromissos com a classe trabalhadora e com os menos favorecidos.

Embora traga certa amargura para muitos militantes, este modelo político em que o importante é a vitória eleitoral, independente dos critérios para alcançá-la, tem sido adotado mundo afora. É a política adaptada à lógica do mercado.

“A política sempre foi um fator de educação cidadã. Esvaziada de conteúdo ideológico, como consistência de ideias, transforma-se em mero negócio de acesso ao poder, como ocorreu na Califórnia com Schwarzenegger. Elege-se quem tem mais visibilidade pública, ainda que desprovido de ética, princípios e projetos. E a vitória do mercado sobre os valores humanitários. No lugar de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, entram visibilidade, o poder de sedução e os amplos recursos de campanha. É a predominância do marketing sobre os princípios.” (BETTO, 2006, p.108-109).

Perante esta realidade, que o PT não tem fugido à regra, inúmeros autores discorreram sobre o futuro do partido. Singer (2012, p. 85-86) elenca quatro macro-orientações que ajudam a pensar este desfecho. Na primeira destaca que o PT não pretende mais revolucionar a sociedade e justifica tal afirmativa pela moderação do discurso; a segunda que hoje, para o partido, vale qualquer tipo de aliança para conseguir votos, deixando assim de ser um partido ideológico; na terceira, aborda o enfraquecimento dos canais de participação, como a queda do vínculo com os movimentos sociais ou, pensando na organização interna, um novo modelo de

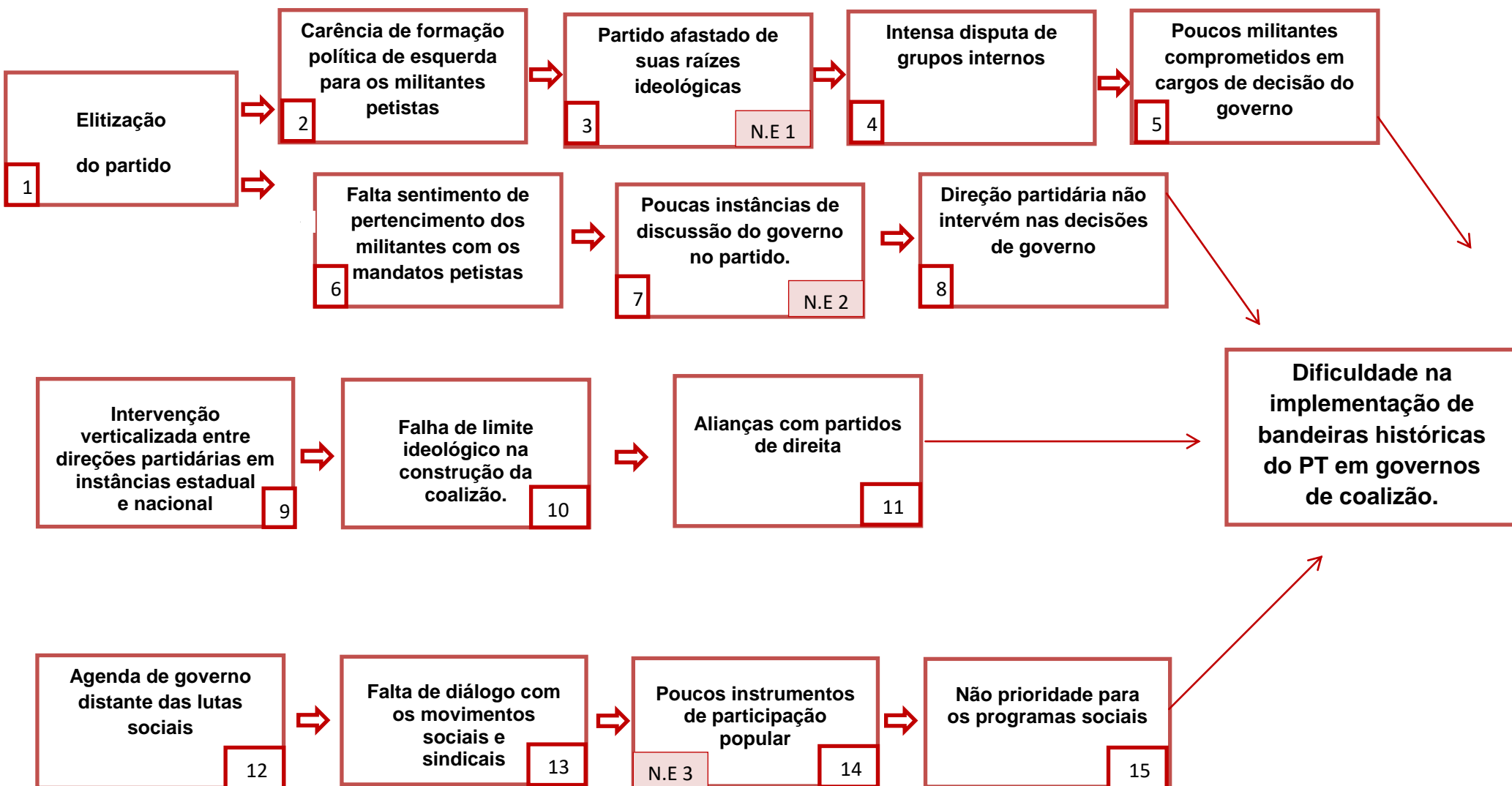
direção onde poucos profissionais substituem o papel decisório da militância e o financiamento externo passa a ser regra; por fim, a quarta destaca a mudança do perfil dos simpatizantes do partido. Diante destas vertentes, não restam dúvidas de que o PT tem se adaptado a outra realidade, abrindo mão de seus princípios, a fim de conquistar mais espaços de poder a cada dia e que este cenário frustra uma grande parcela da militância petista, entretanto, atrai novos adeptos interessados no que se pode fazer nestes espaços conquistados.

Não há divergências de que os governos petistas fizeram a diferença na maior parte dos lugares onde administraram, todavia, ficam alguns questionamentos, dentre eles, se as administrações petistas poderiam ter avançado mais na implantação de suas bandeiras, no seu modo de governar, se estivessem menos submetidas aos partidos ideologicamente divergentes, mas que ao participarem coligados do processo eleitoral, ocupam importantes espaços nas administrações; e se foi alto o preço pago pela vitória, ao se construir tais alianças, se as conquistas dos espaços de poder compensaram a mudança ideológicas que o partido atravessou. Aqui, discutiremos a primeira e como podemos contribuir para melhora deste processo.

2. FLUXOGRAMA EXPLICATIVO BASEADO NA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS (MDP)

Problema: Dificuldade na implementação de bandeiras históricas do PT em governos de coalizão.

Autor: Núcleo do PT no governo (prefeito, secretários petistas e executiva municipal).



3. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS

É possível listar uma série de razões para justificar a dificuldade de implementar as bandeiras históricas do PT em governos de coalizão. Uma das principais é o afastamento do partido de suas raízes ideológicas. O PT deixou de ser um ambiente de formação e debate em que a classe trabalhadora se organiza para os enfrentamentos com a burguesia e para construir caminhos para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. A preocupação com as disputas eleitorais, atualmente, ocupa a principal pauta do partido. Este cenário resultou em filiações em massa, sem nenhum critério ideológico ou formação política, milhares de novos militantes se aproximaram do partido para disputar cargos eletivos, buscar ou garantir espaços nas administrações petistas.

Quase como repetição trágica do caminho social-democrata, à medida que parte do credenciou-se eleitoralmente, mais facilmente ele foi 'ocupado' por um leque de militantes cujos interesses predominantes passou a ser disputado por cargos no executivo e no parlamento (municipal, estadual e nacional). A geração que aderiu ao partido nos anos recentes é fruto desta dinâmica eleitoral e constituiu a base social de sustentação dos setores que, conscientemente, passaram a priorizar a luta institucional. Para a maioria desta nova geração, a história do PT resume-se às eleições. (OZAÍ, 1996, p. 163)

Diante deste quadro, as disputas internas também se intensificam. Se antes as escolhas das tendências se davam por alinhamento ideológico, hoje, muitas vezes, é para se manter em destaque no partido. Além das tradicionais correntes, assistimos a formação de inúmeros grupos que se organizam tendo em vista apenas a busca pelos espaços de poder (internos ou nas gestões petistas). Com isso, o partido fica cada vez mais a mercê dos grupos vitoriosos ou dos que ocupam os cargos eletivos. A militância fica cada vez mais enfraquecida, perde o sentimento de 'pertença' e já não se vê como proprietária dos mandatos, como ocorria nos primórdios. Sem o monitoramento da militância, os mandatos ficam livres e não se preocupam em atender o partido e sim a seus próprios interesses.

Este afastamento da militância, somada ao uso do partido para atender ao interesse de certos grupos, resulta em alianças eleitorais com partidos que jamais seriam aceitos nos primórdios do PT. Estas alianças são construídas por intervenções verticalizadas, apenas a notícia de quem são os aliados de determinado pleito é que se chega às bases, como se deu a construção ou o que foi acordado são informações que não chegam aos militantes nas bases.

Passado o período eleitoral, vem o momento de governar com tais aliados. Administrar os conflitos internos, caracterizados pelas diferentes linhas partidárias pode ser outro grande problema para os gestores petistas. Muitas vezes é neste momento em que se perde a identidade do modo petista de governar, especialmente se à frente das secretarias envolvidas com os setores que tratam do envolvimento e organização da sociedade civil. Dentre os vários exemplos, o primeiro governo petista na cidade de Betim (1993-1996), teve sucesso na implantação de tais bandeiras, uma vez que as alianças foram restritas e ocorreram entre partidos com uma ideologia mais próxima. Foi fácil notar a inversão de prioridades e a simpatia da população por tais mudanças, prova disso foi a aprovação de 97% ao final da gestão. Entretanto, o último (2009-2012) ainda que liderado pela mesma personagem, a então prefeita Maria do Carmo Lara, mas desta vez com alianças de várias tendências do espectro político, não obteve o mesmo sucesso. Bandeiras petistas, como o Orçamento Participativo, não foram prioridade, além de investimentos em obras, sem impacto, realizadas na região central no lugar de inúmeras outras, de menor porte, que atenderia a periferia.

Internamente o governo enfrentou dificuldades para articular as diferentes forças políticas. A composição do governo acabou fazendo de diversas secretarias miniprefeituras, que atendiam ao interesse do partido ou da corrente que estava naquele espaço de poder. (PINTO, 2015, p. 213)

Os conflitos internos no governo acirravam, a aprovação caía assustadoramente e a derrota eleitoral no pleito posterior, ainda que coligado com partidos tradicionais, como o PMDB, foi inevitável.

A terceira linha causal remete as relações do partido com as lutas sociais. O PT surgiu dentro dos movimentos sociais organizados, especialmente o sindical, e hoje, além de abandonar suas origens, deixando de contribuir na organização das lutas, muitas vezes, assiste as administrações petistas travando embates e fechando as portas para o diálogo com tais movimentos.

O apego à eficiência administrativa gerou uma inversão de prioridades que levou muitas administrações a praticarem políticas distintas e até mesmo antagônicas com o partido – ou ao menos com setores deste. Em casos mais extremos, o confronto foi direto com os trabalhadores. (OZAÍ, 1996, p.159).

3.1 ANÁLISE DOS NÓS ESTRATÉGICOS

3.2.1 NE1 - Carência de formação política de esquerda para os militantes petistas

Há alguns anos a prática da formação política foi reduzida, desvalorizada ou eliminada na maioria das instâncias partidárias. Embora existam secretarias de formação política em todas as direções, na prática, a formação pouco acontece ou alcança um número restrito de militantes. A história da esquerda e a trajetória do PT, por exemplo, deveriam ser pautas de estudo obrigatórias para aqueles que ingressam no partido. Somente com formação de qualidade será possível reverter o quadro de comemorar cotidianamente inúmeras novas filiações em um dia e voltar a ver os novos militantes somente em dias de disputas internas, como o PED. Com formação de qualidade, as disputas internas tende a diminuir, pois a compreensão de que o projeto do partido deve ser maior de que os projetos pessoais surge naturalmente, além de preparar bons quadros para contribuir com o projeto do PT de construir uma sociedade mais justa em qualquer que seja o espaço que ocupe, seja nos movimentos organizados, seja na administração pública, etc.

3.2.2 NE2 - Poucas instâncias de discussão do governo no partido

As primeiras experiências administrativas do Partido dos Trabalhadores eram ‘patrulhadas’ pela militância. O PT intervia veementemente nas ações dos eleitos para os cargos no executivo, legislativo e até mesmo nos movimentos sociais. As assessorias legislativas da primeira bancada eleita pelo PT Betim (1989-1992), por exemplo, foram discutidas, indicadas ou aprovadas pelo partido. Tais ações despertavam na militância o sentimento de pertença aos mandatos, ainda que não estejam contemplados individualmente em algum destes espaços.

Concebido como um partido de massas, o PT tende a se transformar mais um partido de decisão nas direções em organizações voltadas para participação na qual os militantes filiados sentem parte das decisões tomadas nas direções partidárias. (Tese da Articulação ao VIEN-PT apud OZAÍ, 1996, p 161)

Atualmente, poucas são as instâncias que debatem as administrações petistas dentro do partido. As práticas de governo e as ações das bancadas já não passam pelo crivo da militância. As principais pautas debatidas são conflitos internos por disputas de espaços e cargos. O sentimento dos petistas de pertença aos mandatos já não existe mais. Por sua vez, aqueles que ocupam espaços de decisão também não veem o espaço ocupado como espaço do partido e sim como um espaço próprio, assim não se importam em prestar satisfações ao partido de suas práticas.

Outra consequência da falta de controle do partido é que com a direção partidária dominada por quem ocupa cargos eletivos, estes o dirigem em favor próprio. A lógica é invertida e o partido torna-se instrumento dos mandatos e, por este motivo, não debate, não questiona, e muito menos os enfrenta. O partido não pauta o governo e sim fica a seu serviço.

3.2.3 NE3 - Poucos instrumentos de participação popular

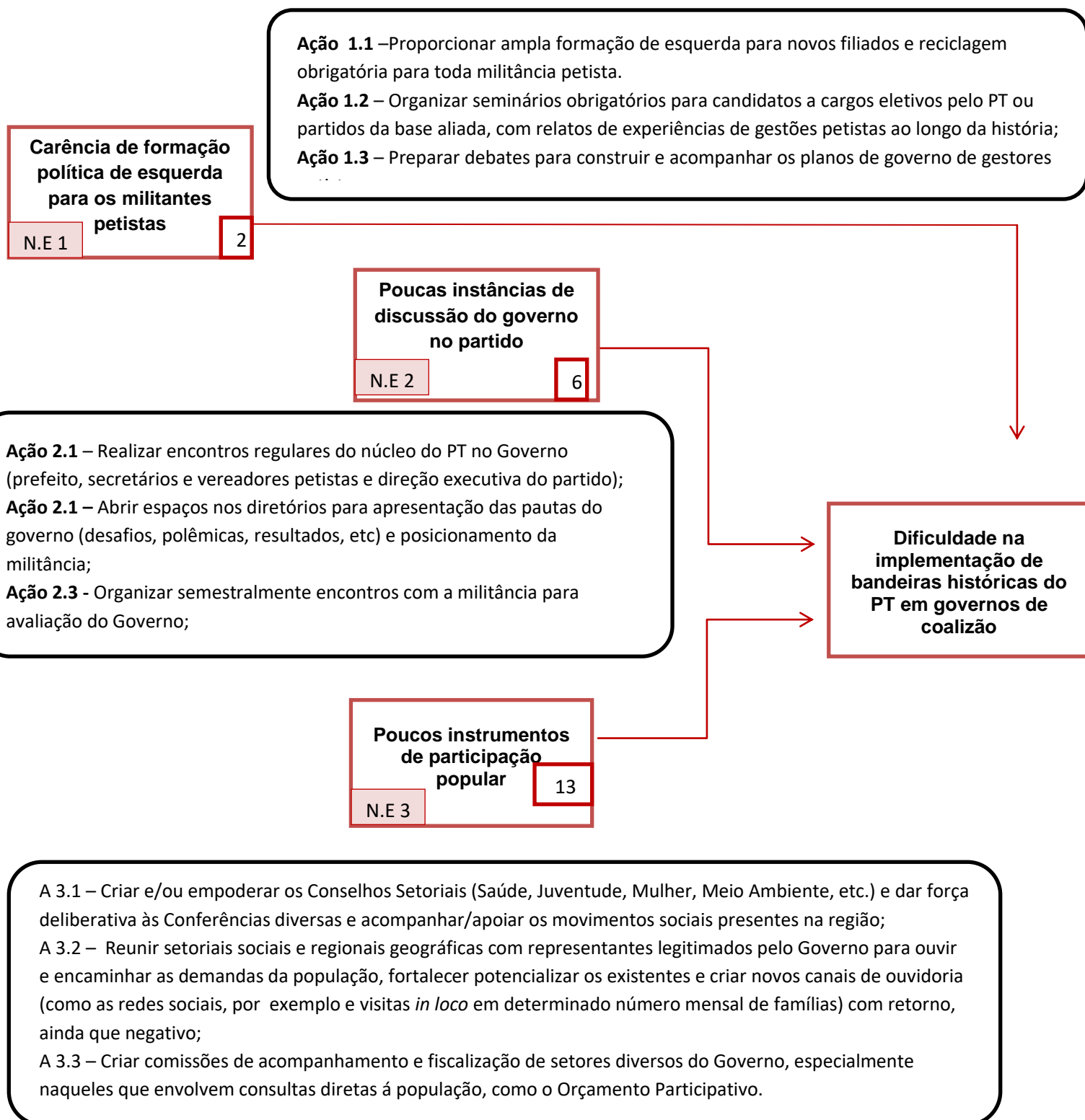
A maior parte dos governos entende que diálogo com a população resume-se em propagandas oficiais. Mas, para se comunicar, é preciso interação entre quem fala e quem ouve; assim as propagandas não cumprem o papel, uma vez que só uma via é privilegiada em ser ouvida.

Como é impossível ouvir constantemente toda a população, a partir da Constituição Federal de 1988, foram criados mecanismos de participação popular, em que representantes da sociedade civil representam esta categoria diante do Governo, dentre eles, os Conselhos de Cidadania, com caráter democrático e influência nos processos de formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas (PT/MG, 2012, p28). De acordo com Angelo e Villa (orgs. 2009, p. 164) dos 64 Conselhos em âmbito nacional, 11 foram criados no primeiro Governo Lula (2003/2006) e outros nove reestruturados. Neste mesmo período, foram realizadas 38 conferências nacionais e três internacionais, com mais de dois milhões de participantes.

É inegável a importância destes métodos, mas questiona-se sua força como mecanismos de controle e fiscalização do Governo, uma vez que são instrumentos do próprio Governo, e que este pode pauta-los, interferir em suas agendas, e, em alguns casos, tornar apenas mais um veículo de comunicação com a sociedade e não de participação. Vale destacar, por exemplo, que o presidente da maioria dos Conselhos são indicados pelo Governo. São raros os mecanismos de acompanhamento que partem da própria população, tendo assim, mais legitimidade.

Com menos controle social, os governos, inclusive petistas, ficam livres para conduzir os mandatos com o que julgam melhor e com menos interferência da população que clama por demandas que, muitas das vezes, não são prioridades para os governantes, uma vez que não são cobrados por isso.

4. ÁRVORE DE PROBLEMAS



4.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
<p>NE 1</p> <p>Carência de formação política de esquerda para os militantes petistas</p>	<p>A 1.1 – Proporcionar ampla formação de esquerda para novos filiados e reciclagem obrigatória para toda militância petista.</p> <p>A 1.2 – Organizar seminários obrigatórios para candidatos a cargos eletivos pelo PT ou partidos da base aliada, com relatos de experiências de gestões petistas ao longo da história;</p> <p>A 1.3 – Preparar debates para construir e acompanhar os planos de governo de gestores petistas.</p>	<p>Preparar curso semestral ou anual, com carga horária de 24h, para os novos filiados como critério para ingresso no partido;</p> <p>Preparar cursos de formação política ao longo do ano para militantes, sendo obrigatória a participação em pelo menos um deles para manter ativa a filiação.</p> <p>Organizar um encontro com carga horária de 8h com pré-candidatos sobre as bandeiras e gestões petistas.</p> <p>Preparar grupos de discussão com militantes petistas, acompanhados por gestores públicos, para construir o plano de governo antes do período eleitoral, posteriormente, criar comissão permanente para acompanhar se as medidas tomadas na gestão estão de acordo com o alinhamento ideológico do partido.</p>

<p>NE 2</p> <p>Poucas instâncias de discussão do governo no partido</p>	<p>A 2.1 – Realizar encontros regulares do núcleo do PT no Governo (prefeito, secretários e vereadores petistas e direção executiva do partido);</p> <p>A 2.2 – Abrir espaço nos diretórios para apresentação das pautas do governo (desafios, polêmicas, resultados, etc) e posicionamento da militância;</p> <p>A 2.3 – Organizar semestralmente encontros com a militância para avaliação do Governo;</p>	<p>Realizar reuniões quinzenais.</p> <p>Prestar contas das ações da administração petista sempre que houver reuniões do diretório.</p> <p>Evento semestral organizado pela direção municipal do partido e gestores petistas que participam do Governo para que a militância escute, entenda, avalie e opine no andamento da gestão.</p>
---	--	---

<p>NE 3</p> <p>Poucos instrumentos de participação popular</p>	<p>A 3.1 – Criar e/ou empoderar os Conselhos Setoriais (Saúde, Juventude, Mulher, Meio Ambiente, etc.) e dar força deliberativa às Conferências diversas e acompanhar/apoiar os movimentos sociais presentes na região;</p> <p>A 3.2 – Reunir setoriais sociais e regionais geográficas com representantes legitimados pelo Governo para ouvir e encaminhar as demandas da população, potencializar os existentes e criar novos canais de ouvidoria (como as redes sociais, por exemplo e visitas in loco em determinado número mensal de famílias) com retorno, ainda que negativo;</p>	<p>Organizar uma comissão para levantar os conselhos existentes, como tem sido o desempenho destes e contribuir para melhorar a atuação;</p> <p>Deliberar a criação dos conselhos setoriais ainda inexistentes no município;</p> <p>Garantir a realização de Conferências de acordo com o calendário nacional;</p> <p>Garantir a legitimidade e priorizar as ações deliberadas nas conferências.</p> <p>Criar um setor no Governo de Participação Popular;</p> <p>Deliberar uma equipe para organizar encontros periódicos com a população dividida por setores de interesse e áreas geográficas;</p> <p>Garantir que o setor de Ouvidoria utilize os mais diversos canais de escuta e garante o retorno dos questionamentos da população;</p> <p>Fazer das redes sociais instrumentos de diálogo com a população;</p> <p>Estruturar visitas a uma amostra de família em diferentes regiões para levantar as necessidades e fiscalizar o atendimento do Governo em setores diversos;</p>
--	--	--

	<p>A 3.3 – Criar comissões de acompanhamento e fiscalização de setores diversos do Governo, especialmente naqueles que envolvem consultas diretas á população, como o Orçamento Participativo.</p>	<p>Reunir quinzenalmente representantes da sociedade civil com gestores do Governo para apresentar resultados de diferentes áreas, especialmente aquelas eleitas como prioridades pela população por meio do Setor de Participação Popular.</p>
--	--	---

5. PLANO DE AÇÃO

PAINEL 2.1

NE 1 – Carência de formação política de esquerda para os militantes petistas

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
<p>Ação 1.1 – Proporcionar ampla formação de esquerda para novos filiados e reciclagem obrigatória para toda militância petista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar formação com história e linha política ideológica do Partido dos Trabalhadores. - Realizar seminários da história da esquerda no Brasil e no mundo. - Promover debates sobre assuntos cotidianos que fazem parte da linha ideológica do partido. 	<p>Cognitivo Político Financeiro Organizacional</p>	<p>Semestralmente / anualmente</p>	<p>Direção do PT municipal</p>

<p>Ação 1.2 – Organizar seminários obrigatórios para candidatos a cargos eletivos pelo PT ou partidos da base aliada, com relatos de experiências de gestões petistas ao longo da história;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar formação com história da construção dos partidos do Brasil e sobre a esquerda no Brasil e no mundo; - Promover seminários sobre a importância da participação popular na gestão pública com relatos de experiências em administrações petistas; 	<p>Cognitivo Político Financeiro Organizacional</p>	<p>15 dias</p>	<p>Direção do PT municipal</p>
<p>A 1.3 – Preparar debates para construir e acompanhar os planos de governo de gestores petistas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar seminários para a construção coletiva do plano de Governo dos candidatos petistas. - Promover debates com a militância, nos coletivos setoriais e plenárias ampliadas, para acompanhamento do Governo petista em diversos setores. 	<p>Cognitivo Político Organizacional</p>	<p>Construção: 1 mês</p> <p>Acompanha- mento: 1 semana a cada quadrimestre</p>	<p>Núcleo do PT no Governo (direção executiva e gestores petistas)</p>

PAINEL 2.2

NE 2 –Faltam fóruns de discursão do governo no partido.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 2.1 – Realizar encontros regulares do núcleo do PT no Governo (prefeito, secretários e vereadores petistas e direção executiva do partido);	<p>- Discutir as ações do Governo afim de fiscalizar se as bandeiras petistas, como exemplo, o Orçamento Participativo, têm sido contempladas e encaminhadas.</p> <p>- Fiscalizar as ações dos gestores petistas presentes no Governo, se estão alinhadas ideologicamente com o partido.</p>	Cognitivo Político	Quinzenalmente e durante todo Governo	Executiva do PT municipal
Ação 2.2 – Criar espaço nos diretórios para apresentação das pautas do governo (desafios, polêmicas, resultados, etc) e posicionamento da militância;	- Levar aos militantes as informações sobre as ações do Governo e debater o encaminhamento das principais ações, desafios e polêmicas.	Cognitivo Político	Mensalmente durante todo governo	Direção do PT municipal

<p>A 2.3 – Organizar semestralmente encontros com a militância para avaliação do Governo;</p>	<p>- Oferecer aos militantes petistas que estão fora do Governo a oportunidade de questionarem os gestões petistas e oferecerem contribuições para a construção cotidiana do Governo.</p> <p>- Oferecer aos gestores petistas a oportunidade de apresentar à militância o resultado das ações do Governo, bem como as dificuldades que estão enfrentando.</p>	<p>Cognitivo Político Financeiro Organizacional</p>	<p>- Encontro: um dia por semestre; organização: quinze dias</p>	<p>Direção do PT municipal e gestores petistas</p>
---	---	---	--	--

PAINEL 2.3

NE 3 – Poucos instrumentos de participação popular

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 3.1 – Criar e/ou empoderar os Conselhos Setoriais (Saúde, Juventude, Mulher, Meio Ambiente, etc.) e dar força deliberativa às Conferências diversas e acompanhar/apoiar os movimentos sociais presentes na região;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar os conselhos que ainda não existem na cidade. - Garantir a estrutura necessária para a manutenção dos Conselhos; - Garantir a realização das Conferências municipais, com boa mobilização e estrutura. - Fiscalizar se as ações deliberadas nas Conferências estão realmente sendo priorizadas e encaminhadas. - Listar e aproximar dos movimentos sociais existentes na cidade. - Garantir canais de comunicações entre Governo e movimentos sociais. 	<p>Cognitivo Político Financeiro Organiza- cional</p>	<p>Criação dos conselhos: 1 mês; Encontro entre conselheiros: 1 dia mensalmente Preparação das conferências: 2 meses, a cada 2 anos (por setor). Listagem dos movimentos: 2 meses. Acompanhamento dos movimentos: constante</p>	<p>Governo municipal</p>

<p>A 3.2 – Reunir setoriais sociais e regionais geográficas com representantes legitimados pelo Governo para ouvir e encaminhar as demandas da população, potencializar os existentes e criar novos canais de ouvidoria (como as redes sociais, por exemplo e visitas in loco em determinado número mensal de famílias) com retorno, ainda que negativo;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões no máximo de bairros possíveis para ouvir as demandas da população; - Realizar reuniões com população e movimentos sociais por área de interesse. - Criar uma equipe de encaminhamento e acompanhamento das demandas da população. - Estruturar os canais de comunicação para a população dialogar mais facilmente com o Governo, de forma ativa ou passiva. - Criar equipe de visitas para entrevistar moradores e conhecer as reais demandas da região. 	<p>Cognitivo Político Financeiro Organiza- cional</p>	<p>Construção do projeto: 1 mês</p> <p>Reuniões: 1 mês a cada quadrimestre</p> <p>Acompanha- mento: Permanente</p>	<p>Governo munici- pal</p>
--	---	---	--	------------------------------------

<p>A 3.3 – Criar comissões de acompanhamento e fiscalização de setores diversos do Governo, especialmente naqueles que envolvem consultas diretas á população, como o Orçamento Participativo.</p>	<p>- Formar núcleos de cidadãos para acompanhar as demandas encaminhadas nas reuniões regionais e setoriais;</p>	<p>Político Financeiro Organiza- cional</p>	<p>Construção: 1 mês Acompanhamen- to: 1 semana a cada semestre</p>	<p>Núcleo do PT no Governo (direção executi- va e gestores petistas)</p>
--	--	---	--	--

6. ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 3.1

Ação 1.1 – Proporcionar ampla formação de esquerda para novos filiados e reciclagem obrigatória para toda militância petista.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção do PT Municipal	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	Não dar a devida importância para a ação; Poucos dirigentes para organizar/conduzir os trabalhos.	Dando prioridade as atividades, deliberando equipe para organização.	Não encaminhando as atividades	Assessorar e fiscalizar o encaminhamento desta ação.
Militância	Participação	Não valorização da formação, especialmente os filiados sem critérios e/ou ideologia.	Participando das atividades propostas.	Não comparecendo nas atividades	Dar obrigatoriedade e despertar da importância da formação

PAINEL 3.2

Ação 1.2 - Organizar seminários obrigatórios para candidatos a cargos eletivos pelo PT ou partidos da base aliada, com relatos de experiências de gestões petistas ao longo da história;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção do PT Municipal	Cognitivo Político Organizacional	Não dar a devida importância para a ação; Falta de força política para impor a participação dos demais partidos	Dar prioridade para a atividade, deliberando equipe para organização. Dar importância política ao encontro.	Não encaminhando as atividades	Assessorar e fiscalizar o encaminhamento desta ação.
Direção dos partidos da base aliada	Político Organizacional	Não dar a devida importância para a ação; Recusar reconhecer a importância das experiências petistas	Deliberando que os representantes de suas chapas participem da atividade.	Não convocando seus representantes para a atividade Describilizar o evento;	Promover o diálogo entre direções partidárias para despertar para a relevância da atividade.
Candidatos	Político Participação	Pode describilizar as experiências das gestões petistas	Participando da atividade propostas.	Não comparecendo nas atividades	Dando obrigatoriedade a atividade

PAINEL 3.3

Ação 1.3 – Preparar debates para construir e acompanhar os planos de governo de gestores petistas.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção do PT Municipal	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	Não reconhecer a importância da participação da militância.	Dar importância política ao encontro; deliberar equipe para organização.	Não desejar a construção coletiva do projeto.	Assessorar e fiscalizar o encaminhamento desta ação.
Militância	Político Participação	Dificuldade de encontrar tempo disponível suficiente para participar. Não se sentir competente para participar da atividade.	Ajudar a mobilizar e participar da atividade. Levar suas contribuições sem receios.	Não participar da atividade.	Mobilizar e motivar a participação.

<p>Especialistas em Gestão Pública e Gestores Petistas no Governo</p>	<p>Cognitivo Político</p>	<p>Não reconhecer a importância construção coletiva.</p> <p>Acreditar que seu conhecimento é superior ao da militância.</p> <p>Especialmente em momentos de baixa aprovação e/ou dificuldade financeira, não ficarem motivados a dar retorno das ações desenvolvidas por serem poucas ou negativas.</p>	<p>Preparar uma dinâmica que ajude os participantes a entenderem o processo e se sentirem a vontade para dar sua contribuição.</p> <p>Ajudar os participantes a conhecer e entender o funcionamento da máquina pública a fim de contribuir com colocações possíveis de se colocar em prática.</p>	<p>Não assessorar corretamente os participantes.</p> <p>Não aceitar as opiniões apresentadas na atividade.</p> <p>Não ajudar os participantes a se sentirem a vontade para fazer suas colocações.</p>	<p>Fiscalizar o encaminhamento desta ação.</p> <p>Contribuir com a organização das dinâmicas dos eventos.</p>
---	---------------------------	---	---	---	---

PAINEL 3.4

Ação 2.1 – Realizar encontros regulares do núcleo do PT no Governo (prefeito, secretários e vereadores petistas e direção executiva do partido);

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção executiva do PT municipal	Cognitivo Político Organizacional	Não entender que o partido é maior que os nomes que ocupam o Governo e se intimidar de impor os encontros.	Dar importância política aos encontros, aprovar no diretório e relatar mensalmente se os encontros têm acontecido e caso não, o motivo. Pressionar os representantes do Governo para participarem.	Não encaminhando a atividade. Não enfrentando os gestores que recusam a prestar contas ao partido.	Fiscalizar o encaminhamento desta ação. Garantir retorno aos participantes das reuniões abertas do diretório sobre o acontecimento ou não dos encontros.
Gestores Petistas	Cognitivo Político	Não reconhecer a importância do partido na construção do Governo. Burocratizar os encontros e não fornecer as informações reais e necessárias para avaliação do Governo.	Priorizar os encontros. Passar as informações reais e relevantes aos participantes do encontro.	Não participar dos encontros. Boicotar informações.	Despertar a importância da construção coletiva do Governo. Ajudar a compreender que o partido deve ser sempre maior que os mandatos e/ou nomes dos representantes que ocupam o espaço de poder.

PAINEL 3.5

Ação 2.2 – Abrir espaço nos diretórios para apresentação das pautas do governo (desafios, polêmicas, resultados, etc) e posicionamento da militância;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestores Petistas	Cognitivo Político	<p>Não ver importância, por falta de obrigatoriedade formal, em prestar contas ao partido.</p> <p>Não credibilizar a opinião da militância.</p>	<p>Levar informações reais e relevantes.</p> <p>Partilhar os problemas e desafios.</p> <p>Dar retorno quanto as sugestões das reuniões anteriores para que os participantes não pensem que sua participação seja em vão.</p>	<p>Não designar pessoas para participar dos encontros.</p> <p>Não levar informações reais e relevantes.</p> <p>Não estar abertos e preparados para ouvir as possíveis críticas.</p> <p>Não valorizar a opinião dos participantes.</p>	<p>Fiscalizar e despertar a importância da construção coletiva do Governo.</p>

Diretório do PT municipal	Político Organizacional	Diminuir-se diante dos gestores, não conseguindo convocá-los obrigatoriamente para prestar contas ao partido.	Garantir espaço tanto para colocações do Governo quanto para ponderações da militância e conseguir ponderar o diálogo entre estes atores.	Não mobilizando os participantes. Tomando partido de uma das partes, não oportunizando ambos atores de se expressarem.	Assessorar as atividades.
Militância	Político Participação	Dificuldade de tempo disponível para participar. Não se sentir a vontade para questionar as ações do Governo.	Participar das atividades e levar contribuições sem receios.	Não participando das atividades. Não questionando as colocações dos gestores. Transformando o encontro em espaço de disputa interna.	Mobilizar e motivar a participação.

PAINEL 3.6

Ação 2.3 – Organizar semestralmente encontros com a militância para avaliação do Governo;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção executiva do PT municipal	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	Dificuldade de mobilização e organização da pauta do evento. Não conseguir convocar os gestores, especialmente os da base aliada.	Dar importância política ao evento. Dar prioridade para a atividade, deliberando equipe para organização. Convocando todos os atores envolvidos.	Transformar o encontro em espaço de disputa interna.	Assessorar e fiscalizar na construção da pauta e dinâmica do encontro e mobilização das partes envolvidas.
Gestores Petistas	Cognitivo Político	Não ver importância, por falta de obrigatoriedade formal, em prestar contas ao partido. Não credibilizar a opinião da militância.	Levar informações reais e relevantes. Partilhar os problemas e desafios. Estar dispostos a ouvir e responder os questionamentos dos presentes	Não comparecer a atividade. Não levar informações reais e/ou relevantes.	Assessorar na condução da apresentação das ações. Levantar a importância do evento em todos os setores do Governo.

Gestores da base aliada	Cognitivo Político	<p>Não ver importância, por falta de obrigatoriedade formal, em prestar contas ao Partido dos Trabalhadores.</p> <p>Não credibilizar a opinião da militância.</p>	<p>Levar informações reais e relevantes.</p> <p>Partilhar os problemas e desafios.</p> <p>Estar dispostos a ouvir e responder os questionamentos dos presentes.</p>	<p>Não comparecer a atividade.</p> <p>Não levar informações reais e/ou relevantes.</p>	<p>Despertar a compreensão da maneira que o Partido dos Trabalhadores é conduzida, pautada na participação da militância.</p> <p>Promover o diálogo entre a direção do PT e estes gestores.</p>
Militância	Político Participação	<p>Dificuldade de tempo disponível para participar.</p> <p>Não se sentir a vontade para questionar as ações do Governo.</p>	<p>Participar das atividades e levar contribuições relevantes.</p>	<p>Não participando do encontro.</p> <p>Transformando a atividade em espaço de disputa interna.</p>	<p>Mobilizar e motivar a participação.</p>

PAINEL 3.7

Ação 3.1 – Criar e/ou empoderar os Conselhos Setoriais (Saúde, Juventude, Mulher, Meio Ambiente, etc.) e dar força deliberativa às Conferências diversas e acompanhar/apoiar os movimentos sociais presentes na região;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestores do Governo	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	<p>Não valorização da participação popular.</p> <p>Gestores com vícios do modelo de gestão do “Estado herdado”.</p> <p>Desejo de não intervenção de “atores externos” no Governo.</p> <p>Tornar as tentativas de diálogo dos movimentos como espaços de enfrentamento ao Governo.</p>	<p>Criar um setor de participação popular dentro do Governo para concentrar e acompanhar tais demandas.</p> <p>Garantir a população espaços de participação com credibilidade, encaminhamento de demandas e retorno.</p> <p>Manter abertas as portas para o diálogo com os movimentos sociais.</p>	<p>Optar por não criar ou legitimar os conselhos.</p> <p>Não convocar equipe para construção das conferências e acompanhamento dos movimentos sociais.</p> <p>Não ouvir as demandas da população.</p> <p>Não dar poder de deliberação às conferências municipais.</p>	Fiscalizar e assessorar no encaminhamento das atividades

Movimentos sociais	Cognitivo Político Organizacional	Tornar os espaço de diálogo com o Governo em meros enfrentamentos. Imaginário introjetado de que o Governo é inimigo.	Mobilizar a participação nas atividades convocadas. Buscar o diálogo com o Governo. Estar aberto a ouvir e contribuir coletivamente com as ações propostas. Dar espaço aos representantes do Governo para exporem suas ideias, serem questionados e garantir o espaço de resposta.	Transformar o Governo em “inimigo” do movimento. Não ser transparente com os membros dos movimentos em relação as negociações com o Goveno.	Ponderar o diálogo entre os atores. Mobilizar os movimentos organizados para contribuírem com a construção popular do Governo.
População	Cognitivo Organiza- cional	Falta de costume de construção coletiva do Governo. Pouca disponibilidade de tempo para participar das atividades. Falta de interesse político. Imaginário introjetado de que a política é algo “sujo” e que deve-se evitar envolver.	Participar das atividades e contribuir na mobilização. Levar contribuições sem receios.	Não participar das atividades. Tornar as atividades de participação apenas em espaços de enfrentamento ao Governo. Imaginar-se sem capacitação e/ou intimidar-se em sugerir ações para a construção do Governo.	Mobilizar, incentivar e despertar para a importância das ações.

PAINEL 3.8

Ação 3.2 – Reunir setoriais sociais e regionais geográficas com representantes legitimados pelo Governo para ouvir e encaminhar as demandas da população, potencializar os existentes e criar novos canais de ouvidoria (como as redes sociais, por exemplo e visitas *in loco* em determinado número mensal de famílias) com retorno, ainda que negativo;

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestores municipais	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	<p>Não existir verba suficiente destinada para a construção destas ações.</p> <p>Não valorização da participação popular.</p> <p>Gestores com Viciados no modelo de gestão do “Estado herdado”.</p> <p>Desejo de não intervenção de “atores externos” no Governo.</p>	<p>Priorizar a participação social na construção cotidiana das ações do Governo.</p> <p>Criar um setor de participação popular dentro do Governo para concentrar e acompanhar tais demandas.</p> <p>Garantir a população espaços de participação com credibilidade, encaminhamento de demandas e retorno.</p>	<p>Não deliberar equipe para realizar as atividades propostas.</p> <p>Não ouvir as demandas da população.</p> <p>Não voltar aos locais com retornos a respeito dos encontros anteriores</p>	Fiscalizar e assessorar no encaminhamento das atividades.

População	Político Organizacional	Falta de costume de construção coletiva do Governo. Pouca disponibilidade de tempo e falta de interesse em participar das atividades.	Participar das atividades e contribuir na mobilização. Levar contribuições sem receios.	Não participar das atividades. Tornar as atividades de participação apenas em espaços de enfrentamento ao Governo. Imaginar-se sem capacitação e/ou intimidar-se em sugerir ações para a construção do Governo.	Mobilizar, incentivar e despertar para a importância das ações.
-----------	----------------------------	--	--	---	---

PAINEL 3.9

Ação 3.3 – Criar comissões de acompanhamento e fiscalização de setores diversos do Governo, especialmente naqueles que envolvem consultas diretas á população, como o Orçamento Participativo.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestores petistas	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	<p>Não valorização da participação popular.</p> <p>Desejo de não intervenção de “atores externos” no Governo.</p> <p>Dificultar a participação popular realizando os encontros em horários comerciais apenas.</p> <p>Não dar retorno sobre as demandas e questionamentos levantados pelos representantes da sociedade civil.</p> <p>Não priorizar as ações propostas pela sociedade.</p>	<p>Dar credibilidade e força política aos participantes da comissão.</p> <p>Facilitar o acesso dos interessados aos encontros.</p> <p>Dar retornos e encaminhar, sempre que possível, as sugestões dos representantes da sociedade civil.</p>	<p>Boicotar a participação popular.</p> <p>Ignorar as demandas levantadas pela população.</p> <p>Encarar e enfrentar os participantes como inimigos do Governo.</p>	<p>Fiscalizar e assessorar no encaminhamento das atividades.</p>

Direção do PT municipal	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	<p>Receio de intervir nas demandas do Governo para não dar a sensação de enfrentamento.</p> <p>Não dedicar-se em mobilizar pessoas para integrarem a comissão.</p>	<p>Contribuir com a mobilização, incentivo e seleção de participantes das comissões.</p> <p>Garantir nas comissões a participação de representantes que levantarão as bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores.</p>	Não contribuir com a organização, mobilização e manutenção da comissão.	Fiscalizar e assessorar no encaminhamento das atividades
Lideranças sociais	Cognitivo Político Financeiro Organizacional	<p>Ver o Governo como espaço apenas de enfrentamento.</p> <p>Pouca disponibilidade de tempo para participar dos encontros.</p> <p>Não acreditar no potencial do grupo em fiscalizar e pressionar o Governo.</p>	<p>Estar aberto a ouvir e contribuir coletivamente com as ações propostas.</p> <p>Dar retorno à população sobre as ações propostas e encaminhadas (ou não encaminhadas).</p> <p>Pressionar o Governo para garantir que as principais demandas da população sejam priorizadas.</p>	<p>Não participar das atividades.</p> <p>Tornar as atividades de participação apenas em espaços de enfrentamento ao Governo.</p>	<p>Mobilizar os movimentos organizados para contribuir com a construção popular do Governo</p> <p>Ponderar o diálogo entre os atores.</p>

7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
<p>1 - As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>Não há efeitos indesejáveis que possa ser gerado por meio das ações propostas para equacionar nenhum dos Nós Estratégicos.</p>
<p>2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>Ação 1.2 – Seminários obrigatórios para candidatos a cargos eletivos pelo PT ou partidos da base aliada, com relatos de experiências de gestões petistas ao longo da história. – Pode haver um desgaste político com os dirigentes dos demais partidos que podem alegar que a contribuição do Partido dos Trabalhados na história política do país não é mais relevante do que as dos demais partidos da base.</p> <p>Ações 2.2 – Espaço nos diretórios para apresentação das pautas do governo (desafios, polêmicas, resultados, etc) e posicionamento da militância; e 2.3 – Organizar semestralmente encontros com a militância para avaliação do Governo; - Podem gerar um processo contínuo de enfrentamento ao Governo devido às inúmeras disputas internas dentro do partido. O espaço pode também servir apenas de publicidade das ações do governo ou de críticas a ele, sem contribuições relevantes.</p>

	<p>Ação: 3.3 – Criar comissões de acompanhamento e fiscalização de setores diversos do Governo, especialmente naqueles que envolvem consultas diretas á população, como o Orçamento Participativo. – Esta ação pode gerar um desgaste político caso o Governo enfrente uma crise e tenha que dar constantes retornos negativos ao grupo. Este espaço também pode ser ocupado prioritariamente por adversários políticos, o que dificultaria o diálogo com o grupo, objetivo principal da ação. Ainda neste aspecto, os gestores podem não se sentir a vontade para colocar como tem encaminhado as demandas dos seus setores, boicotando assim informações e gerando um impacto negativo no grupo que pode se sentir enganado.</p>
<p>3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>O projeto depende da construção coletiva entre direção partidária, militância, Governo e a população. Caso um destes atores não participe do projeto, ele ficará incompleto. Por este motivo, a dificuldade em mobilizar os atores envolvidos é o principal desafio deste projeto.</p> <p>Pode-se firmar um acordo pré-eleitoral entre candidatos e direção partidária garantindo a prioridade da participação popular no Governo. Caso a militância incorpore a proposta e fiscalize constantemente o Governo, podemos ter sucesso com o projeto, pois a população, conseqüentemente (uma vez que bem mobilizada pelo Governo, com a contribuição dos militantes petistas e dos movimentos organizados da sociedade civil), irá aderir ao projeto.</p>

<p>4. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Uma vez que esteja com uma direção bem organizada, o Partido dos Trabalhadores liderando o Governo tende a aumentar sua arrecadação, tornando possíveis as atividades de formação aqui propostas.</p> <p>O Governo, para criar um setor de Participação Popular, precisará garantir uma verba para atender as propostas do projeto. De acordo com a arrecadação do município esta tarefa pode ser mais ou menos desafiadora. Pode-se tentar fazer uma tentativa de realocar pessoas de setores diversos para este, membros das Ouvidorias e Mobilização, por exemplo. Mas em linhas gerais, o projeto proposto não demanda altos investimentos, mas sim vontade política.</p>
<p>5. De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?</p>	<p>Sim. Uma vez a fiscalização constante do Governo o obrigará a dar prioridade para as principais demandas da população, que na maioria das vezes, coincide com as bandeiras do Partido dos Trabalhadores. E ainda que enfrentemos momentos de crise econômica ou política, com disputas internas no Governo com os partidos da base aliada, dificilmente os cortes necessários serão das áreas mais importantes para a população.</p>

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida pelo Partido dos Trabalhadores é motivo de comemoração para muitos, todavia, para outros, a sensação é de frustração. O partido chegou ao poder em várias instâncias e pelo terceiro mandato consecutivo governa o país. São visíveis as significativas mudanças na vida dos brasileiros. Mas para conquistar o poder e a governabilidade, o partido adotou práticas que, para uma parcela da militância, são questionáveis. Uma das principais, foi a construção de alianças, que acontecem sem limites ideológicos, de maneira verticalizada e com acordos que dificultam a autonomia do partido no governo.

Há correntes que defendem que o PT tornou-se um partido focado apenas nas disputas eleitorais, já não há mais preocupação com a formação de base ou com articulação de movimentos. As disputas internas se intensificam, mas agora a busca já não é mais pela concepção ideológica, mas sim pelo controle político e financeiro do partido. O partido deixa de ser da militância e passa a ser daqueles que o controlam, uma minoria que, em grande parte, ocupam espaços eletivos de poder. As decisões partidárias começam a se dar em salas às portas fechadas e já não mais em espaços coletivos, daí surgem os temerosos acordos e alianças sem limites ideológicos. A militância é apenas informada das decisões e já não as constroem coletivamente. Sem participar do processo já não se sente responsável por ele e já não mais deseja estar junto.

Entretanto, há aqueles que discordam, Araújo (2010, p.166) argumenta que o PT não é um partido eleitoral e que nenhum outro partido de esquerda do país tem o peso social do PT e que não há esta percepção porque os petistas não se assumem enquanto ‘partido’ nestes espaços e que, especialmente, as tendências internas acompanham e dirigem politicamente a ação dos petistas dentro dos movimentos. Ressalta ainda a riqueza do partido em conseguir ocupar espaços tanto nas áreas da administração quanto no social:

O PT não pode prescindir das duas experiências sociais. Precisa aprofundar a organização social que leva as demandas da sociedade e

apressa as transformações sociais. Não pode prescindir também da forte presença na administração pública, onde consegue, ainda que de forma mais lenta, dar amplitude às essas transformações sociais. Um partido mais orgânico tem a inigualável vantagem de fazer convergir, ainda que de forma tensa, essas duas experiências com os poderosos ganhos políticos e ideológicos. (ARAÚJO, 2010, p.167)

Independente de qual corrente esteja com a razão, é urgente repensar as ações do partido em relação a uma intervenção e fiscalização mais firme nas administrações petistas e no resgate de uma militância mais orgânica, formada e participativa. Pois o conjunto deste levantamento de causas leva a dificuldade da implantação das bandeiras petistas, um partido preocupado apenas em vitórias nos processos eleitorais, construindo alianças a qualquer custo somado a uma militância pouco formada, menos envolvida e mais eleitoreira e menos ‘proprietária’ do partido, somado a cada vez menos participação social, dificulta a implantação de tais bandeiras, pois estas são muitas vezes as demandas do povo. Especialmente se a chapa quando a chapa é encabeçada por majoritários do PT, fica a dúvida do que impede o Partido dos Trabalhadores de enfrentar os partidos de coalizão para ocuparem seus devidos espaços, lugar de aliados e não de mandantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANGELO, Vitor Amorim; VILLA, Marco Antonio (Orgs). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006):** uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ARAÚJO, José Prata. **O Brasil de Lula e o de FHC** – Um roteiro comparativo para a disputa política-eleitoral plebiscitária de 2010. Contagem: Bis Editora, 2010.

BETTO, Frei. **A mosca azul.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT:** origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

OZAÍ, Antonio. **Partido de massas e partido de quadros:** a social democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.

PARTIDO dos Trabalhadores de Minas Gerais. **Juventudes** – Políticas Públicas e Participação Popular. Secretaria Estadual de Juventude PT/MG; Publicação interna destinada aos filiados do Partido dos Trabalhadores, 2012.

PINTO, Terezinha de Assis. **PT Anos utópicos -** História da política de Betim. Minas Gerais, 2015.

SADER, Emir. **Governar para todos** – uma avaliação da gestão Luiza Erundina. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.